VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
Assinado de forma digital por VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Osasco, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=19155873000100, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PJ A1, cn=VS EDITORA E PUBLICIDADE LTDA:04195361000191
Dados: 2024.03.04 13:53:06 -03'00'

Editais

continuação

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A. (Companhia Aberta)

esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.9. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.11. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade de paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.14. Pagamento baseado em ações:** Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos; Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 10, 14, 17 e 19. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 10, 14, 17, 19 e 20. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º 19. **d) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras obrigações	178.495	20.416
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.588	8
AFAC - partes relacionadas	-	161.000
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-
Obrigações com o Poder Concedente	29.737	-

(a) Valores brutos do custo de transação.

A Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora final, CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	6.139	6.509
Aplicações financeiras (a)	263.474	358.939
Total	**269.613**	**365.448**
Aplicações Financeiras	**2023**	**2022**
Circulante	**16.103**	**259.576**
Aplicações financeiras (a)	16.103	259.576
Não circulante	**1.979**	**1.870**
Aplicações financeiras - Conta reserva (b)	1.979	1.870
Total	**18.082**	**261.446**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,49% do CDI, equivalente a 13,30% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (102,25% do CDI, equivalente a 12,71% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2023	2022
Circulante	**92.379**	**79.733**
Contas a receber das operações (a)	92.566	79.777
Provisão para perda esperada (b)	(187)	(44)
Total	**92.379**	**79.733**

(a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas acessórias e de pedágio; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). **7.2. *Aging* do contas a receber:**

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	92.200	79.655
Créditos vencidos até 60 dias	155	66
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	24	12
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	83	21
Créditos vencidos há mais de 180 dias	104	23
Total bruto de provisão para perda esperada	**92.566**	**79.777**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(190.138)**	**91.118**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**64.647**	**(30.980)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.358)	(4.246)
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	(64.567)	(34.573)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(375)	-
Incentivo relativo ao imposto de renda	-	3.170
Juros sobre capital próprio	-	4.125
Outros ajustes tributários	-	21
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	1.524	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(129)**	**(62.483)**
Impostos correntes	110	(75.076)
Impostos diferidos	(239)	12.593
Alíquota efetiva de impostos	**-0,07%**	**68,57%**

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, decorrente do encerramento de cronograma de realização dos ativos, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Ativo	**1.491**	**4.114**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	103	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	259	173
Provisão para perda esperada - contas a receber	4	2
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	93	207
Provisão para fornecedores	31	
Provisão para perda por *impairment*	807	3.556
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	157	167
Programa de gratificação longo prazo	37	9
Compensação de imposto ativo	**(1.882)**	**(4.114)**
Impostos ativos após compensação	**(391)**	**-**
Passivo	**(1.730)**	**(4.114)**
Capitalização de juros	(918)	(2.183)
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014 (a)	(805)	(1.919)
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(7)	(12)
Compensação de imposto passivo	**1.882**	**4.114**
Impostos passivos após compensação	**152**	**-**
Imposto diferido líquido	**(239)**	**-**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**-**	**(12.593)**
Reconhecimento no resultado	(239)	12.593
Saldos em 31 de dezembro	**(239)**	**-**

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).
A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R$ 291.890 (R$ 99.243 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2022 montante de R$101.656 (R$ 34.563 - efeito tributário) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão: Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a pagar: Circulante 2023	Circulante 2022	Não circulante 2023	Não circulante 2022	Apropriação no resultado 2023	Apropriação no resultado 2022
Outorga variável	7.648	17.591	1.912	2.932	10.963	24.433
Total	**7.648**	**17.591**	**1.912**	**2.932**	**10.963**	**24.433**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023 Controladora	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladora	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Ativo	**21**	**142.866**	**142.887**	**18**	**281.808**	**281.826**
Aplicações financeiras	-	128.211	**128.211**	-	269.604	**269.604**
Bancos conta movimento	-	1.045	**1.045**	-	1.449	**1.449**
Contas a receber	21	13.607	**13.628**	18	10.755	**10.773**
Outros créditos	-	3	**3**	-	-	**-**
Passivo	**187.270**	**514**	**187.784**	**24.998**	**214.369**	**239.367**
Fornecedor e contas a pagar	4.082	514	**4.596**	2.810	261	**3.071**
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-	**22.188**	22.188	-	**22.188**
Adiantamento para futuro aumento de capital	161.000	-	**161.000**	-	-	**-**
Outros débitos	-	-	**-**	-	16	**16**
Debêntures	-	-	**-**	-	214.092	**214.092**

Transações	2023 Controladora	2023 Outras partes relacionadas	2023 Total	2022 Controladora	2022 Outras partes relacionadas	2022 Total
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(308)	**(308)**	-	(107)	**(107)**
Custos/Despesas - serviços de transmissão de dados	-	(410)	**(410)**	-	(408)	**(408)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(1.993)	**(1.993)**	-	-	**-**
Custos/Despesas de serviços prestados - CSC	-	-	**-**	(9.993)	-	**(9.993)**
Custos/Despesas - compra de bens	(3)	-	**(3)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - doações	-	(3.117)	**(3.117)**	-	(4.604)	**(4.604)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(35)	(70)	**(105)**	(9.087)	(141)	**(9.228)**
Repasse de custos e despesas - CSC	(53.951)	(7)	**(53.958)**	(15.588)	-	**(15.588)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(220)	**(220)**	-	(77)	**(77)**
Despesas de prestação de garantias em dívidas	-	-	**-**	(9.141)	-	**(9.141)**
Receitas de aplicações financeiras	-	12.508	**12.508**	-	8.866	**8.866**
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	53	**53**	-	-	**-**
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	-	**-**	-	2.936	**2.936**
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	-	**-**	-	6	**6**
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	2.237	**2.237**	-	-	**-**
Receitas de vendas de ativo imobilizado	-	1	**1**	-	-	**-**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros da Administração da Companhia de até R$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que seja atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, ser for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2023, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual.
Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**245**	**2.174**	**1.713**	**5**	**4.722**	**3.891**	**12.750**	**3.669**	**16.419**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	7.165	7.165
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	(1)	(4.809)	(4.810)
Transferências	60	1.021	823	-	-	1.320	3.224	(2.632)	592
Depreciação	(260)	(2.599)	(1.855)	(4)	-	(4.466)	(9.184)	-	(9.184)
Outros	-	-	-	-	-	(3)	(3)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**45**	**595**	**681**	**1**	**4.722**	**742**	**6.786**	**3.393**	**10.179**
Custo	4.073	33.193	11.841	401	4.722	86.016	140.246	3.393	143.639
Depreciação acumulada	(4.028)	(32.598)	(11.160)	(400)	-	(85.274)	(133.460)	-	(133.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**45**	**595**	**681**	**1**	**4.722**	**742**	**6.786**	**3.393**	**10.179**
Baixas	-	(11)	-	-	-	(3)	(14)	-	(14)
Transferências	-	134	-	-	-	128	262	(262)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	106	-	-	-	-	106	-	106
Depreciação	(39)	(658)	(594)	-	-	(830)	(2.121)	-	(2.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6**	**166**	**87**	**1**	**4.722**	**37**	**5.019**	**3.131**	**8.150**
Custo	2.334	26.644	11.407	1	4.722	43.985	89.093	3.131	92.224
Depreciação acumulada	(2.328)	(26.478)	(11.320)	-	-	(43.948)	(84.074)	-	(84.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6**	**166**	**87**	**1**	**4.722**	**37**	**5.019**	**3.131**	**8.150**
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2023	21	26	37	50	-	34	-	-	-

Não foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2023 (R$ 106 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debentures) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 3,47% a.a..

12. Intangível e infraestrutura em construção

Intangível	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**335.496**	**934**	**22.030**	**4.136**	**362.596**	**78.205**	**440.801**
Adições	-	-	-	2.088	2.088	208.147	210.235
Baixas	-	-	-	(943)	(943)	(271.284)	(272.227)
Transferências	15.028	779	-	(1.371)	14.436	(15.028)	(592)
Amortização	(143.976)	(1.043)	(22.030)	-	(167.049)	-	(167.049)
Outros	(69)	-	-	-	(69)	(40)	(109)
Provisão para perda por *impairment* (a)	(141.630)	-	-	-	(141.630)	-	(141.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**64.849**	**670**	**-**	**3.910**	**69.429**	**-**	**69.429**
Custo	2.166.849	17.534	251.709	3.910	2.440.002	-	2.440.002
Amortização acumulada	(2.102.000)	(16.864)	(251.709)	-	(2.370.573)	-	(2.370.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**64.849**	**670**	**-**	**3.910**	**69.429**	**-**	**69.429**
Transferências	-	1.064	-	(1.064)	-	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(106)	-	-	(106)	-	(106)
Amortização	(40.117)	(1.094)	-	-	(41.211)	-	(41.211)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**24.732**	**534**	**-**	**2.846**	**28.112**	**-**	**28.112**
Custo	2.166.849	18.492	251.709	2.846	2.439.896	-	2.439.896
Amortização acumulada	(2.142.117)	(17.958)	(251.709)	-	(2.411.784)	-	(2.411.784)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**24.732**	**534**	**-**	**2.846**	**28.112**	**-**	**28.112**
Taxa média anual de amortização %							
Em 31 de dezembro de 2023	(b)	20	(b)				

(a) Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos intangíveis; e
(b) Amortização pela curva de benefício econômico.

Não foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos em 31 de dezembro de 2023 (R$ 4.013 em 31 de dezembro de 2022). A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no exercício findo 31 de dezembro de 2022 foi de 3,47% a.a.. **Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizados testes anuais de recuperabilidade de ativos intangíveis, que apresentavam indicadores de possível perda de recuperação, sendo que não se identificou necessidade de complemento ou reversão de provisão para a Companhia. O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio. Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

13. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	**171.929**	**88.349**
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	118.588	77.165
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	65	72
Cauções e retenções contratuais (b)	53.276	11.112
Total	**171.929**	**88.349**

	2023	2022
Não circulante	**20.416**	**9.222**
Cauções e retenções contratuais (b)	20.416	9.222
Total	**20.416**	**9.222**

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	Dezembro de 2022	1.878	-	-	481.707
				Total geral	**-**	**-**	**481.707**

O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

15. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. **15.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.413**	**3.312**	**5.725**
Constituição	4.267	3.339	7.606
Reversão	(334)	(267)	(601)
Pagamentos	(5.360)	(3.226)	(8.586)
Atualização de bases processuais e monetária	208	343	551
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.194**	**3.501**	**4.695**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Cíveis e administrativos	14.799	260
Trabalhistas	1.139	1.145
Total	**15.938**	**1.405**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social da Companhia é de R$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais. **16.2. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **16.3. Reserva de retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária. **16.4. Reserva de incentivo fiscal:** A reserva no montante de R$ 35, é oriunda da destinação de incentivo ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). **16.5. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações:** Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data. O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período. É utilizado o modelo *Black-Scholes-Merton* para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram: • Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 20.610; • Data da outorga: 26 de junho de 2023; • Preço corrente (TSR do ano anterior): R$ 11,72; • Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R$ 13,38, R$ 15,17 e R$ 16,96; • Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%; • *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%; • Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%; • Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting). O valor justo da parcela atrelada à retenção, 20.610 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R$ 207.

17. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	**1.252.522**	**1.318.153**
Receitas de pedágio	1.228.411	1.283.188
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	14.121
Receitas acessórias	21.874	17.907
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	2.237	2.937
Deduções das receitas brutas	**(118.119)**	**(112.211)**
Impostos sobre receitas	(117.388)	(111.777)
Abatimentos	(731)	(434)
Receita operacional líquida	**1.134.403**	**1.205.942**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(1.531)**	**(68.010)**
Juros sobre debêntures	(270)	(61.763)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	4.119
Juros e variações monetárias sobre obrigações	-	(9.141)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(9)	(3)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.252)	(1.222)
Receitas financeiras	**25.378**	**45.325**
Rendimento sobre aplicações financeiras	20.658	45.052
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	2
Juros e outras receitas financeiras	4.718	271
Resultado financeiro líquido	**23.847**	**(22.685)**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**393.702**	**717.400**
Valor justo através do resultado		**287.695**	**626.894**
Caixa e bancos	Nível 2	6.139	6.509
Aplicações financeiras	Nível 2	279.577	618.515
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	1.979	1.870
Custo amortizado		**106.007**	**90.506**
Contas a receber das operações		92.379	79.733
Contas a receber de partes relacionadas		13.628	10.773
Passivos		**(416.432)**	**(598.886)**
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		**(416.432)**	**(598.886)**
Debêntures (a)		-	(481.707)
Fornecedores e outras obrigações		(198.911)	(89.901)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(4.596)	(3.071)
AFAC - partes relacionadas		(161.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio		(22.188)	(22.188)
Obrigações com o Poder Concedente		(29.737)	(2.019)
Total		**(22.730)**	**118.514**

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Debêntures (a)	-	-	481.707	481.731

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

19.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.3. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R$ (3) (4)	Efeito em R$ no resultado: Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	279.869	21.020	15.781	10.533
Efeito sobre as aplicações financeiras		21.020	15.781	10.533
Total do efeito de ganho		**21.020**	**15.781**	**10.533**
As taxas de juros consideradas foram (1):	CDI (2)	11,6500%	8,7375%	5,8250%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. As mesmas foi utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados ao contrato de concessão: 20.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

Outorga variável	%	Base	Valor pago no exercício 2023	Valor pago no exercício 2022	Valor a pagar 2023	Valor a pagar 2022
ViaOeste	3,0	Receita bruta	41.583	19.122	3.814	1.684
		Total	**41.583**	**19.122**	**3.814**	**1.684**

20.2. Compromissos relativos à concessão: A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmado com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM nº 26, em 28 de junho de 2023. Estimamos que no total, o compromisso de investimento da Companhia, levando-se em conta obras de nível de serviço, em discussão para reequilíbrio, além de considerações discricionárias de investimentos em equipamentos, alcance o montante de R$ 1.837.389.

	2023	2022
Compromissos relativos à concessão	1.242.280	1.465.039

21. Demonstração dos fluxos de caixa: 21.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**-**	**3**
Impostos a recuperar	-	3
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**-**	**(3)**
Outros de ativo imobilizado	-	(3)

21.2. Atividades de financiamento: A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento da obrigação do contrato de concessão.. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Debêntures	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo inicial	**(481.707)**	**-**	**(481.707)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**481.977**	**(161.000)**	**320.977**
Pagamento de principal e juros	481.977	(161.000)	320.977
Outras variações que não afetam caixa	**(270)**	**-**	**(270)**
Juros sobre debêntures	(270)	-	(270)
Saldo final	**-**	**(161.000)**	**(161.000)**

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice - Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Membro efetivo

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Angelo Luiz Lodi	Diretor de Engenharia e Operações
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Administrativo Financeiro

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. - *Barueri - SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluíndo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE
AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE WWW.COPART.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!
NESTA SEGUNDA-FEIRA, 04/03/24 às 14h00.
52 VEÍCULOS: MOTOS E CAMINHÕES DE VMC (VENDA MEU CARRO) E VEÍCULOS PARTICULARES .
EDUARDO DA SILVA PINTO
LEILOEIRO OFICIAL JUCESP 980
DIVERSAS MARCAS E MODELOS DE IMPORTADOS / NACIONAIS, VENHA CONFERIR. Local do Leilão: Rua Henry Ford, 965 - Presidente Altino - Osasco-SP.
Nº DOS CHASSIS: 4A054367-NOR, 8H093714-NOR, 9B502290-NOR, AG187749-NOR, AG548108-NOR, AW536008-NOR, AZ213592-NOR, B8549460-NOR, BA064606-NOR, BCA29021-NOR, BJ695101-NOR, BP068110-REM, C5817340-NOR, C8700416-NOR, CJ365065-NOR, CJ490003-NOR, D2110493-NOR, DB010450-NOR, DD035367-NOR, DP022289-NOR, DT207468-NOR, E8046608-NOR, E8554600-NOR, EG309962-NOR, EP068845-NOR, EP239396-NOR, ER441127-NOR, F2274206-NOR, FD029782-NOR, FP349539-NOR, G4001043-NOR, G7605506-NOR, GB053318-NOR, GB840117-NOR, H8423409-NOR, J0090530-NOR, J4700851-NOR, JJ738366-NOR, K1881993-NOR, K5009820-NOR, KB130200-NOR, KJ522800-NOR, KP985913-NOR, KR110795-NOR, LJ886012-NOR, LK298914-NOR, MJ384826-NOR, NR000049-NOR, PC405728-NOR, TP576992-NOR, Y0066516-NOR.
CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR, DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL, AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATÁLOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. EDUARDO DA SILVA PINTO- LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 980. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA HENRY FORD, 965 OSASCO-SP TEL.: (11) 3651.8800 FAX: (11) 3681.0366. **(CATÁLOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).**